

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST

ANAIS. EST. EDU. BR/CONGRESSO



DIREITOS HUMANOS, DITADURA MILITAR E IGREJA¹

Human Rights, Military Dictatorship and Church

Oneide Bobsin²

O que ouvimos e aprendemos, o que nos contaram os nossos pais, não o encobriremos a seus filhos.³

É porque, em realidade, nunca estamos sós.⁴

Resumo

O presente texto procura apresentar as primeiras impressões de uma pesquisa em andamento no seio da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a respeito da mudança na percepção da instituição concernente à violação dos Direitos Humanos pelo governo autoritário civil-militar, especificamente no período considerado mais intenso de repressão, 1968-1974. Trata-se de explorações introdutórias.

Palavras-chave: Comissão Estadual da Verdade RS. Direitos Humanos. Igreja.

Abstract

This paper seeks to present the first impressions of a research in progress within the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB), regarding the change in perception of the institution concerning the violation of human rights by the authoritarian civil-military government, specifically the period considered more intense repression, 1968-1974. It is a exploratory study.

Keywords: State Commission of Truth RS. Human Rights. Church.

¹ Texto apresentado no GT História das Religiões e das Religiosidades, 07 a 09 de novembro de 2012, UNISINOS, recentemente modificado a partir de novas pesquisas e da participação na Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente exerce cargo de Reitor da Faculdade EST, São Leopoldo. Rio Grande do Sul e membro da Comissão Estadual da Verdade RS.

³ Livro dos Salmos 78. 3-4. In: BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

⁴ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2014. p. 30. Conforme Halbwachs, nossas lembranças permanecem coletivas porque elas nos são lembradas pelos outros.

Considerações Iniciais

A indicação do meu nome para a Comissão Estadual da Verdade⁵ do Rio Grande do Sul, cuja tarefa principal é fazer transparecer um período de nossa história, 1961-1985, reorientou meus interesses de pesquisa. Tenho formação teológica e me dedico à pesquisa das religiões, agora redefinida pelas escutas de pessoas que tiveram a sua dignidade ferida pela tortura promovida por agentes do Estado ou, como diz Carolina S. Bauer: “as ditaduras civil-militares de segurança nacional e o terrorismo de Estado marcaram inexoravelmente as sociedades do Cone Sul nas décadas de 1960 a 1980 [...]”.⁶ Adotamos, pois, a expressão “terrorismo de Estado” para designar o período em análise neste artigo.

Para iniciar esta conversa com quem desconhece o acontecimento que motiva o presente problema em questão, ainda embrionário do ponto de vista da pesquisa, faço referência a um organismo denominado Federação Luterana Mundial (FLM),⁷ que reúne igrejas nascidas a partir da Reforma Protestante, do século XVI, na Alemanha e em outros países. A Federação Luterana Mundial, com sede em Genebra, na Suíça, reúne instituições eclesíásticas que compreendem aproximadamente 70 milhões de fiéis e realiza a cada sete anos uma Assembleia Geral. A Assembleia de 1970 era para ter acontecido no Brasil, mas foi transferida poucas semanas antes da sua realização para Evian, na França. Qual foi o motivo da transferência? Representações luteranas de diversos países suspenderam a sua participação em razão de que os Direitos Humanos estavam sendo violados pelo Governo brasileiro, o qual tinha sido convidado para o evento. Líderes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de então olhavam com desconfiança para as denúncias de violação dos direitos humanos feitas no exterior. Para aquelas lideranças a violação dos Direitos Humanos, por agentes do Estado Brasileiro, era propaganda de setores da mídia internacional.

Transferida a Assembleia, o convite ao Governo Militar foi desfeito. Assim, o general Emílio G. Médici perdeu a oportunidade de falar para vários países. Este fato gerou um grande debate no interior da IECLB, cuja sede se encontra na rua Senhor dos Passos, no

⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Estadual da Verdade RS. Disponível: <<http://www.comissãodaverdade.rs.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

⁶ BAUER, Carolina Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012. p. 29.

⁷ THE LUTHERAN WORLD FEDERATION: A Communion of Churches. Disponível em: <<http://www.lutheranworld.org/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

centro de Porto Alegre. Presumo que aquele debate interno, nascido da crítica de comitativas internacionais, foi o embrião de uma nova fase com desdobramentos importantes para o engajamento de evangélicos-luteranos em temas levantados por Movimentos Sociais nos anos subsequentes à transferência da Assembleia.

Nesta exposição resgato alguns debates que aquele episódio produziu nos anos 1980. Falo resgatar em razão do fato de que existe pouca pesquisa sobre aquele acontecimento. Também devo dizer que não sou historiador, mas, certamente, os impactos da Constituição das Comissões da Verdade trarão à luz um acontecimento desconhecido, mas de grande impacto posterior para o engajamento social e político de uma igreja que saiu do Gueto à Participação, conforme Rolf Schünemann,⁸ em sua dissertação de mestrado, que serve de base bibliográfica para minha exposição de caráter introdutório. Ainda cabe destacar as limitações da minha análise por ser um insider, isto é, pertenço à instituição que investigo.

Percepções Teóricas

Assim que comecei a participar dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, duas percepções me sobressaltam constantemente. Uma parece bastante mórbida. No terceiro ano do estudo de Teologia, éramos levados para o Instituto Médico Legal (IML), a fim de acompanhar a atuação dos legistas sobre aqueles corpos inertes expostos numa mesa tosca. Os instrumentos que abriam os corpos eram rudimentares, como os de um matadouro de gado no interior, denunciando, talvez, o descaso dos órgãos públicos com aqueles seres humanos. Aquelas cenas impactaram a minha percepção a respeito da vida. Elas me acompanham e reacendem com mais impacto quando escutamos depoimentos de parentes e amigos de pessoas torturadas e/ou mortas por agentes do Estado brasileiro nos anos de chumbo. Nas sessões de escuta de torturados e nos relatos de pedido de justiça para que restos mortais sejam identificados, sinto-me voltar ao Instituto Médico Legal num domingo de manhã de 1978.

A segunda percepção me deixa envergonhado. Quando vejo os preparativos do Brasil para a Copa do Mundo de 2014, vem à memória o tri-campeonato mundial de 1970. Enquanto gritávamos de alegria pelos gols de Gérson, Jairzinho, Pelé e Tostão, nos porões da

⁸ SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana entre 1960 e 1965*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

ditadura outros gritavam de dor por causa das torturas. A Copa do Mundo de 1970 reforçou a ideologia do esquecimento, que ainda encobre as torturas de hoje por parte de agentes do Estado. Essas duas percepções me fizeram visitar novamente um texto já esquecido por mim, de Walter Benjamin, da Escola de Frankfurt, que viveu as atrocidades do nazismo.

Resgato, então, dois tópicos sobre o conceito de História. No ponto oito, Benjamin diz o seguinte:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isto, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é assombro filosófico. Ele ainda gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.⁹

Saudado como o século do progresso irreversível, o século XX trouxe duas guerras mundiais, fascismo, nazismo, stalinismo, dizimações étnicas e continuou no século XXI com a queda das torres gêmeas, fruto do fundamentalismo moderno e de interesses políticos hegemônicos dos Estados Unidos da América do Norte. Reportando-se ao nazismo e fascismo, Benjamin fez da exceção uma regra para a nossa história. A exceção se tornou regra na América Latina no século XX através das ditaduras militares. O “estado de exceção” que se tornou regra teve suporte ideológico nas instituições eclesiásticas, empresariais e da Sociedade Civil. Como estudante secundarista (1972-1974) de uma escola evangélica fui obrigado por uma professora, de família de generais, a reproduzir o discurso de posse de um presidente militar, General Emílio G. Médici.

No mesmo texto, Walter Benjamin comenta um quadro de Klee, que se chama *Ângelus Novus*:

Há um quadro de Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o

⁹ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 226.

impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.¹⁰

Em *A Luta da Memória Contra o Esquecimento*, Myriam S. dos Santos faz significativas reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin, os quais serão retomados no aprofundamento deste texto noutra oportunidade. Aqui cabe apenas destacar um aspecto conclusivo colocado pelo texto da autora:

Nos trabalhos de Benjamin e Derrida, encontramos uma descrença total quanto à possibilidade de que a história e memória recuperem o passado através de narrativas e imagens do presente. Com isso, estes trabalhos nos mostram que as imagens do mundo contemporâneo são resistentes à tarefa interpretativa e que elas possuem uma lógica própria, inerente a elas mesmas e à sua materialidade. Com isto, esses autores apontam a impossibilidade de encontro entre essência e aparência, entre presente e passado.¹¹

Baseado nesses aportes teóricos vemos-nos impedidos de chegar aos fatos históricos no horizonte da objetividade positivista. Agregando-me à visão da autora de que:

nós estamos sempre procurando dar sentido às nossas histórias quando as contamos; portanto, embora este sentido varie de acordo com o momento em que vivemos e de acordo com nossas intenções, ele não é independente do que fomos e do que seremos e, principalmente, de como representamos nossas vidas.¹²

O debate teórico sobre história e memória conta com uma valiosa pesquisa do sociólogo Maurice Halbwachs, que por ora não vamos aprofundar. Se pudéssemos resumir a sua obra numa frase, tendo como referência o texto em epígrafe, diria que não nos lembramos sozinhos. No entanto, a memória coletiva envolve as memórias individuais. Nos depoimentos das pessoas que tiveram a sua dignidade violada pela tortura, por parte de agentes do Estado, percebe-se que memória coletiva se ampara nas lembranças individuais sem cair na visão fatal do passado. Noutra perspectiva, a ser aprofundada na continuidade da pesquisa, destacamos uma tese de Pierre Nora: "a memória é um fenômeno sempre

¹⁰ BENJAMIN, 1985, p. 226.

¹¹ SANTOS, Myriam S. dos. *A Luta da Memória contra o Esquecimento: reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin*. *Cultura Católica e Sociedade*, v. 25, n. 82, jul./set. 1998. p. 365.

¹² SANTOS, 1998, p. 366.

atual, um vínculo vivido no presente eterno, e a 'história, uma representação do passado'".¹³

A partir deste esboço breve, como quadro teórico, revistaremos pesquisas na perspectiva da memória como "fenômeno atual"; repito o que disse acima, não me considero historiador. Logo, não tenho compromisso com a história enquanto fato do passado, mas com a memória enquanto busca de uma verdade não cativa da injustiça, conforme o apóstolo Paulo.¹⁴

Portanto, as lembranças vivas do nazismo, entre lideranças da IECLB, por volta de 1970, poderiam ter impedido a cegueira em relação às violações dos direitos humanos das pessoas que lutavam por liberdade e democracia. Para não esquecermos e repetirmos as tragédias, vamos em busca de uma verdade libertada da injustiça.

Fragmentos de um Acontecimento

Não temos aqui o espaço necessário para caracterizar o desenvolvimento de uma igreja étnica, nascida do processo de imigração e colonização alemã a partir da chegada de pessoas de diversos estados alemães a partir de 1824, em São Leopoldo, bem como em Petrópolis, no Rio de Janeiro, e em Três Forquilhas, em 1826, área rural do Litoral Norte do RS, de onde provenho. Noutra oportunidade disse em tom de brincadeira que grande parte do luteranismo brasileiro viveu fechado na "roça e na raça", e que a sua relação com o Estado brasileiro foi marcado por suspeitas por parte deste. Assim, ao etno-luteranismo teuto-brasileiro, com base na pequena propriedade rural, foi se acoplando uma visão teológica bastante diversa, mas que deitava as suas raízes na diversidade da Reforma Protestante do século XVI. Uma frase de alguém que se ocupou com um Serviço do Desenvolvimento, órgão da própria igreja, foi bem escolhida por Schünemann e resume a concepção de sociedade na década de 1960:

Assim a nível oficial e no nível das comunidades o máximo de preocupação social que se conseguia apurar era o da assistência social ou serviço social que não tocasse nas questões estruturais do país. Questionar o sistema significava aliar-se

¹³ NORA, P. Les Lieux de mémoire I, p. xix *apud* RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 413.

¹⁴ Romanos 1.18b. A concepção paulina de que a criatura foi adorada no lugar do Criador nos desvia de uma leitura moralista do texto, como é comum nos meio religiosos de hoje.

às correntes teológica de “teologia da revolução” ou setores subversivos da sociedade brasileira.¹⁵

Seguindo a linha de raciocínio de Schünemann, a constituição de uma igreja nacional motivou o ingresso da IECLB em organismos internacionais, nos quais “gradativamente as questões sociais e políticas passaram a fazer parte da pauta da discussão”.¹⁶ Desta forma, grupos minoritários de pastores certamente faziam pressão para que esta pauta voltasse para dentro da própria IECLB. A FLM, fundada em 1947, em Lund, na Suécia, havia elaborado uma pauta em direção à sociedade. Ecumenismo e questões sociais caminhavam juntos neste organismo internacional. O termo “mundo” tinha conotações variadas. Mas os que estavam em desacordos com as ditaduras e que almejam manifestações de envolvimento com as causas da sociedade tinham pouco espaço na IECLB. Jovens brasileiros,¹⁷ por exemplo, queriam “aproveitar a presença dos delegados do exterior e dos jornalistas internacionais para falar e denunciar ao mundo a crueldade e violência do regime brasileiro no que tange ao desrespeito aos direitos humanos”.¹⁸

Como a Assembleia da FLM reuniria delegações luteranas de diversos países, que defendiam os direitos humanos, e o fato dos dirigentes da IECLB hipotecarem “todo o apoio ao regime militar instaurado em 1964, o conflitou se instalou nas reuniões de preparação. Contudo, a resistência interna às lideranças foi neutralizada. Por parte das delegações do exterior, do lado europeu e norte-americano:

havia uma intensa preocupação com a necessidade de emitir um posicionamento claro acerca da relação fé-mundo, fé-sociedade. As torturas infligidas a presos políticos, bem como notícias sobre massacres de índios, figuravam na imprensa do Primeiro Mundo. Os círculos eclesiais luteranos não conseguiram disfarçar que a realização da V Assembléia Geral da FLM em Porto Alegre/RS traria consigo a responsabilidade de não decepcionar os demais círculos eclesiais que já haviam se posicionado claramente pela condenação do regime brasileiro por causa da violação dos direitos humanos.¹⁹

¹⁵ Um grupo de teólogos protestantes se deixaram influenciar pela revolução cubana, liderada por Fidel Castro, fazendo daquele evento um lugar para a reflexão teológica. Ainda não se falava, por volta de 1960, em Teologia da Libertação. SUDHAUS *Apud* SCHÜNEMANN, 1992, p. 81.

¹⁶ SCHÜNEMANN, 1992, p. 81.

¹⁷ No Arquivo Histórico da IECLB, sediado na Faculdades EST, há pastas de documentos que relatam a participação de jovens evangélicos-luteranos nos debates em torno do tema deste artigo. Tal tópico ainda será pesquisado para ser incorporado no relatório de pesquisa, do qual este artigo é a primeira publicação.

¹⁸ SCHÜNEMANN, 1992, p. 85. Refere-se a entrevistas concedidas por pastores: Werner Fuchs, Godofredo Boll, Nelson Kirst, Ricardo Wangen.

¹⁹ WALTHER *Apud* SCHÜNEMANN, 1992, p. 85.

Por parte das comitivas do exterior havia o temor de que o presidente da república, general Emílio G. Médici, e mais autoridades civis e militares, procurassem instrumentalizar a Assembleia para legitimar o regime frente à opinião pública nacional e internacional.²⁰ Relembramos que “uma nota do 1 Exército publicada nos jornais, informava que havia uma minoria no exterior que procurava, numa campanha internacional, difamar o Brasil e que queria implantar o comunismo”,²¹ aprofundou o debate. Cabe ainda destacar que uma matéria publicada na Alemanha fazia referência a um dossiê de posse da FLM, no qual havia 254 fichas de vítimas que apresentam as circunstâncias da prisão, lugar e data das torturas, tipos de torturas, torturadores, autoridades mais diretamente responsáveis, testemunhas e fontes de informação e outros dados importantes.²²

Os conflitos se desenrolam entre Porto Alegre e Genebra. A Assembleia é cancelada e transferida para Evian, na França. Os impactos deste acontecimento serão considerados a seguir.

Impactos da Transferência

No mesmo ano em que ocorreram o cancelamento e a transferência da V Assembleia da FLM, por razões relativas ao não reconhecimento por parte de lideranças eclesiais das violações dos direitos humanos, o debate continuou impactando as discussões na IECLB. Meses depois da transferência, realizou-se em Curitiba o seu Concílio Ordinário, no qual participam pastores, mas com uma maioria de leigos. Segundo Schünemann:

a consciência crítica havia despontado aqui e acolá, mas a conjuntura eclesial e nacional inibia o seu crescimento, pois era facilmente neutralizada. A transferência da V Assembleia da FLM de Porto Alegre/RS para Evian/França por motivos políticos trouxe à baila a necessidade de uma autocrítica.²³

Cabe destacar que em Evian a Assembleia apoiou a candidatura de Dom Hélder Câmara para o Prêmio Nobel da Paz. No Brasil, o debate foi tema do VII Concílio Geral da IECLB, órgão máximo da instituição.

²⁰ SCHÜNEMANN, 1992, p. 86.

²¹ SCHÜNEMANN, 1992, p. 86-87.

²² G. MARC, *Sonntagsblatt*, de 17.05. 1970 *Apud* SCHÜNEMANN, 1992, p. 85.

²³ SCHÜNEMANN, 1992, p. 98.

Portanto, no Concílio, ocorrido entre 22 e 25 de setembro de 1970, é redigido um documento chamado *Manifesto de Curitiba*. O *Manifesto* nasce de um debate sobre a relação entre Igreja e Estado. Docentes da Faculdade de Teologia de São Leopoldo, hoje Faculdades EST, tiveram uma participação importante nesta história de engajamento político, reforçada pelo *Manifesto de Curitiba*, que provocou tensionamentos em todos os níveis. Destaco, como Schünemann, algumas teses do documento a respeito das relações entre Igreja e Estado, que prenunciam um início de conversão à realidade brasileira com suas contradições sociais:

a mensagem da Igreja sempre é dirigida ao homem como um todo, não só à sua “alma”. Por isso, ela terá conseqüências e implicações em toda a esfera de sua vivência – inclusive física, cultural, social, econômica e política. Não tenderá apenas a regular as relações entre cristãos, mas visará igualmente ao diálogo com outros cidadãos ou agrupamentos, sobre todas as questões relacionadas com o bem-comum.²⁴

A mensagem “pública” da Igreja cristã, no que se refere aos problemas do mundo, não poderá ser divorciada do seu testemunho “interno”, já que este implica naquela. Assim, a Igreja não pode condicionar seu testemunho público aos interesses de ideologias políticas momentaneamente em evidência, ou a grupos e facções que aspiram ou mantêm o poder. Em seu testemunho público, não poderá ela usar métodos incompatíveis com o Evangelho.²⁵

Quanto à relação entre Igreja e Estado o avanço é maior:

Em princípio, Estado e Igreja são grandezas separadas, como define também a Constituição de nosso País. Mas em virtude das conseqüências da pregação cristã que se manifestam na esfera secular, e pelo próprio fato de os cristãos serem discípulos de Cristo e simultaneamente de seu país, não será possível separar totalmente os campos de responsabilidade do Estado daquelas da Igreja, embora seja necessário distingui-los.²⁶

Uma década mais tarde o dirigente máximo da IECLB aprofunda o debate ao questionar a Lei de Segurança Nacional em palestras que conflitavam com autoridades militares. Cabe destacar aqui uma reflexão teológica feita por Augusto E. Kunert, quando se analisa a relação entre Igreja e Estado:

²⁴ BURGUER, Germano (Org.). *Quem assume esta tarefa?* Um Documentário de uma igreja em Busca de sua Identidade. São Leopoldo: Sinodal, 1977. p. 37.

²⁵ BURGUER, 1977, p. 37.

²⁶ SCHÜNEMANN, 1992, p. 38.

e hoje vivemos a anunciada “abertura política”. Essa declaração, aliada à outra solenemente dada pelo presidente João Figueiredo: “hei de fazer deste país uma verdadeira democracia”, deixam claro que o regime atual continua o de força e de exceção; que o viver novamente em um clima democrático, com liberdade de expressão, de manifestação e ampla possibilidades participativa do povo nos acontecimentos e decisões que orientam o Brasil, é a grande aspiração do povo brasileiro.²⁷

Voltando à análise do *Manifesto de Curitiba* destacamos o ponto 1.4 do mesmo, que se baseou na premissa do “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, conforme Marcos 12.17, busca-se colaboração com o Estado:

baseada nesta premissa fundamental, ela se sente chamada a cooperar com as autoridades governamentais em uma vasta gama de tarefas, na alfabetização de adultos, no apoio a ações sociais do governo, no combate a doenças, à pobreza, à marginalização do homem, e em outras atividades que não sejam de caráter puramente técnico. Esta cooperação implica no constante esforço destinado a eliminar as causas que eventualmente provocam os males em questão.²⁸

No mesmo documento são abordados outros temas como O Caráter do Culto Cristão e o Ensino cristão e educação moral e cívica. Por fim, volta o tema dos direitos humanos, que passo a transcrever:

Numerosos cristãos sentem-se perturbados pelo fluxo de notícias alarmantes sobre práticas desumanas que estariam ocorrendo em nosso País, com relação principalmente ao tratamento de presos políticos, donde surge uma atmosfera de intranquilidade, agravada com a carência de informações precisas e objetivas. Embora as notícias veiculadas no exterior, freqüentemente evidenciam caráter tendencioso, e embora órgãos oficiais do País seguidamente tenham afirmado a improcedência das mesmas, permanece um clima de intranquilidade, em virtude das informações desmentidas da imprensa do País, sobre casos onde se inculcam órgãos policiais de terem empregados métodos desumanos – seja no tratamento de presos comuns, seja de terroristas políticos, ou seja, de suspeitos de atividades subversivas.

Entendemos mesmo, como Igreja, que nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos.²⁹

Como podemos perceber até aqui, o *Manifesto de Curitiba*, aprovado pelo órgão máximo da IECLB, procurou dar uma resposta às delegações estrangeiras que promoveram o cancelamento e a transferência da V Assembleia da Federação Luterana Mundial, cujo tema

²⁷ KUNERT, Augusto E. Aspectos da relação IECLB e Estado, em uma Compreensão Histórica e Teológica. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, Sinodal, Ano 22, n. 3, p. 226-227, 1982. O assunto foi tema de palestras na Faculdade de Teologia da IECLB, em 29 de abril de 1981.

²⁸ SCHÜNEMANN, 1992, p. 38.

²⁹ SCHÜNEMANN, 1992, p. 40.

era “Enviados ao Mundo”. Mas o sinal de mudança não era dado apenas para o exterior; seu impacto maior fora para dentro. Mesmo que a liderança da IECLB daquela época buscasse delimitar os seus impactos, o referido Manifesto deu alento para minorias inconformadas com o governo autoritário. Entre outras manifestações da instituição, em decorrência do *Manifesto de Curitiba*, menciono um documento destinado às comunidades chamado Nossa Responsabilidade Social.³⁰ No documento há uma análise da conjuntura social do Brasil da década de 1980, com dados que evidenciam os dramas sociais da população brasileira. Parece ser um documento brando, se olharmos a partir de nosso presente. No entanto, é necessário lembrar que a propaganda governamental era triunfalista e com voz única, sem oportunidades para quem se opusesse. Nesta perspectiva, um documento como Nossa Responsabilidade Social soou como uma forte crítica ao regime civil-militar. Certamente impactou mais para fora do que para dentro da IECLB, por razões que seguem.

Refiro-me a uma pesquisa feita na Comunidade Evangélica de São Leopoldo, por Gerd Uwe Kliewer, sob o título: *Uma Comunidade Evangélica frente aos Problemas Sociais e à Atuação Sócio-Política da Igreja*,³¹ que fora apresentada como preleção inaugural na Faculdade de Teologia, em abril de 1977. A referência a esta pesquisa, realizada na Comunidade Evangélica de São Leopoldo, justifica-se porque demonstra como a base da igreja sustenta, em grande parte, o pensamento de sua direção. Refiro-me à demora em reconhecer a violação dos direitos humanos pelo regime civil-militar, conforme já tratado acima. Em outras palavras, a base sustentava a cúpula. Também deve ser destacado que a mudança pelo alto alcançava grupos minoritários.

Kliewer traçou características do que ele denominou “Ideologia Social Evangélica”. O universo dos dados corresponde a 60 questionários. Destacamos a seguir as opções colocadas pelo autor da pesquisa sobre razões da marginalização. As pessoas entrevistadas tinham quatro opções para explicar a marginalização social: a) opção fatalista, sempre houve e haverá pobres; b) opção estrutural-crítica, o sistema econômico vigente em nossa sociedade impossibilita a participação de todos no processo; c) opção desenvolvimentista, o progresso econômico criará mais empregos, então todos serão integrados; d) opção ético-

³⁰ SCHÜNEMANN, 1992, p.43-47.

³¹ SCHÜNEMANN, 1992, p. 189-211.

individualista, neste caso, a marginalização é fruto da falta de capacidade e esforço dos indivíduos.

A opção ético-individualista foi escolhida por 45% dos consultados, ao passo que a opção estrutural-crítica alcançou 13,3%. A opção fatalista foi escolhida por 16,6% e a opção desenvolvimentista, por 25%. Portanto, a opção estrutural-crítica foi a que recebeu pouca adesão. Não seria arriscado dizer que as outras três opções chamadas de “ideologia social evangélica” teriam afinidade com as posições assumidas pela cúpula da IECLB até o episódio da transferência da Assembleia da Federação Luterana Mundial, em 1970.

Sem espaço para avaliar com mais acuidade o resultado daquela pesquisa, voltemos ao texto de Walter Benjamin *Sobre o Conceito de História*, que foi destacado no quadro teórico. Vamos transpor com certa irresponsabilidade a análise de Benjamin para os evangélicos-luteranos de São Leopoldo, da década de oitenta, do século passado. Walter Benjamin discute o conformismo da social-democracia alemã diante do progresso técnico da sociedade industrial, que era aceito pela social-democracia. Assim, continua Benjamin:

daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que parecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política. A antiga moral protestante do trabalho, secularizada, festejava uma ressurreição na classe trabalhadora alemã. O Programa de Gotha já continha elementos de confusão. Nele, o trabalho é definido como “a fonte de toda a riqueza e de toda a civilização”. Pressentindo o pior, Marx replicou que o homem não possui outra propriedade que a sua força de trabalho está condenada a ser “escravo de outros homens, que se tornaram proprietários”.³²

O fato de a social-democracia alemã ter sido conformista ao nadar a favor da técnica não a debilitou na luta contra o nazismo quando ainda era tempo de detê-lo? Também a “ideologia social evangélica” não legitimou, pelo silêncio, a violação dos direitos humanos ao se encantar com o “milagre econômico” que acena para a euforia do progresso, como arma ideológica a favor do regime militar? São acontecimentos distintos e distantes; logo, de perigosa comparação, também porque as religiões não têm o alcance da política.³³

No prosseguimento da pesquisa será necessário integrar minimamente os debates sobre a imigração alemã e o nazismo, cujas ponderações são bem destacadas por René E.

³² BENJAMIN, 1985, p. 226.

³³ SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil: towards a Public Theology focused on citizenship*. Eugene, Oregon: Wipf & Stock, 2012.

Gertz.³⁴ Segundo Gertz, que avalia os poucos trabalhos sobre nazismo e imigração alemã no Brasil, há uma associação pouco fundamentada nas dissertações sobre o tema. Concordo com ele, mas não posso ignorar, pelo viés ideológico, *afinidades eletivas* mínimas na pesquisa feita por Gerd Kliewer no que concerne à ideia de progresso, tão questionada por Benjamin.

A análise de Paulo Abrão e Tarso Genro sobre os mecanismos-chave de sustentação da ditadura civil-militar brasileira corrobora nossas percepções do processo ditatorial:

a ditadura brasileira valeu-se de dois mecanismos-chave para garantir um nível de legitimidade suficiente para manter esse controle sobre a transição: (i) os dividendos políticos da realização de um projeto de nação desenvolvimentista que, por um longo período (o chamado “milagre econômico”), alçou o país a níveis de desenvolvimento relevantes; e, ainda, (ii) a construção semântica de um discurso do medo, qualificando como “terroristas” os membros da resistência armada, e de “colaboradores do terror” e “comunistas” aos opositores em geral.³⁵

Considerações Finais

Ao limitar nossa análise ao período de 1970 a 1980, recorreremos aos discursos da instituição religiosa (IECLB) sobre os seus dilemas de inserção numa sociedade sob o comando de um regime civil-militar que, apesar do “milagre econômico”, não havia superado as contradições sociais. Alguns documentos como Nossa Responsabilidade Social e a Pesquisa a respeito da Ideologia Social Evangélica trouxeram as vozes de quem os documentos oficiais poucas vezes escutam. Portanto, nosso texto está limitado, em grande parte, pelos conflitos no âmbito de lideranças eclesiais. Essa é uma limitação de nossa análise que superamos, em parte, com esses documentos e com entrevistas com pessoas que participaram da resistência à ditadura civil-militar.

Como podemos ver, o ano de 1970 foi um marco para a IECLB. A partir de então, a pauta dos encontros e desencontros, nacionais e internacionais, passou a tomar conta nas décadas seguintes. As vozes dominantes dentro da IECLB iam crescer o seu contraponto.

³⁴ GERTZ, René E. Imigração Alemã: trajetória do nazismo ao neonazismo. In: LUZ RAMOS, Eloisa Helen Capoville et al. (Orgs.). *História da Imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2013. p. 313-333. Cabe destacar a precaução do autor nas análises com a seguinte frase: "pesquisas sobre preconceitos contra “minorias” que são vistas como negativamente privilegiadas, em geral, são vistas com simpatia, conferindo status ao pesquisador. Mas o mesmo não acontece quando as 'minorias' atingidas por preconceitos são consideradas – com ou sem razão – positivamente privilegiadas". p. 330.

³⁵ ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 67.

Por exemplo, em 1982 a IECLB assumiu o tema da terra e da reforma agrária como tema do ano. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra,³⁶ de certa forma sucessor do MASTER, no Acampamento em Encruzilhada Natalino-RS, impactou uma igreja formada, por muito de tempo, de pequenos agricultores, que foram colocados diante do dilema de ir para a cidade ou para as novas fronteiras agrícolas dominadas pelo agronegócio de grande extensão.³⁷ Outro exemplo, a Escola de Teologia em São Leopoldo, hoje Faculdades EST, lentamente introduz a discussão sobre a *Teologia da Libertação* latino-americana e o estudo de Paulo Freire para a catequese. Fui estudante de teologia entre 1975 e 1981, parte do período aqui em foco. Aprendemos a analisar a realidade e a ver a sociedade a partir dos que sofrem, dos debaixo, conforme Bonhoeffer,³⁸ teólogo alemão protestante que pagou com a própria vida ao se envolver na resistência ao regime nazista.

Referências

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BAUER, Carolina Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

BURGUER, Germano (Org.). *Quem assume esta tarefa? Um Documentário de uma igreja em Busca de sua Identidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1977.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Gestão e Nascimento do MST (1979-1985)*. Disponível em: <<http://profcmazucheli.blogspot.com.br/2009/10/gestacao-e-nascimento-do-mst-1979-1985.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

³⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. *Gestão e Nascimento do MST (1979-1985)*. Disponível em: <<http://profcmazucheli.blogspot.com.br/2009/10/gestacao-e-nascimento-do-mst-1979-1985.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014. A origem do SMT teve a participação de setores da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação, que receberam apoio de pessoas da IECLB, como professores estudantes de Teologia da EST, e alguns pastores. Nem sempre se considera esta participação ao recontar a história do MST. Pessoas do clero de outras igrejas participantes também levantaram a sua voz. Não podemos ignorar a voz profética de quadros importante da Igreja Metodista.

³⁷ STRECK, Edson E. Igreja em tempo de repressão: IECLB, 1970, à luz de alguns de seus meio de comunicação. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, Sinodal, Ano 26, n. 2, p. 121- 142, 1986.

³⁸ Dietrich Bonhoeffer participou de um atentado frustrado para eliminar Hitler. Foi morto na prisão quando a Segunda Guerra Mundial já estava no fim. MILSTEIN, Werner. *Dietrich Bonhoeffer: vida e pensamento*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

GERTZ, René E. Imigração Alemã: trajetória do nazismo ao neonazismo. In: LUZ RAMOS, Eloisa Helen Capoville et. al. (Orgs.). *História da Imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Estadual da Verdade RS. Disponível: <<http://www.comissãodaverdade.rs.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2014.

KUNERT, Augusto E. Aspectos da relação IECLB e Estado, em uma Compreensão Histórica e Teológica. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, Sinodal, Ano 22, n. 3, p. 226-227, 1982.

MILSTEIN, Werner. Dietrich Bonhoeffer: vida e pensamento. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

NORA, P. Les Lieux de mémoire I, p. xix apud RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, Myriam S. dos. A Luta da Memória contra o Esquecimento: reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin. *Cultura Católica e Sociedade*, v. 25, n. 82, jul./set. 1998. p. 365.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana entre 1960 e 1965*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil: towards a Public Theology focused on citizenship*. Eugene, Oregon: Wipf & Stock, 2012.

STRECK, Edson E. Igreja em tempo de repressão: IECLB, 1970, à luz de alguns de seus meio de comunicação. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, Sinodal, Ano 26, n. 2, p. 121- 142, 1986.

THE LUTHERAN WORLD FEDERATION: A Communion of Churches. Disponível em: <<http://www.lutheranworld.org/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.